**O Brasil vive um momento impar, um momento sem precedente, nunca visto em toda a sua história.**

Após vários dias de manifestações públicas por grupos de pessoas insatisfeitas com a atual prática pelos governantes brasileiros, sejam eles municipais, estaduais ou federais, todos deixam a desejar, pelo completa falta de habilidade no fazer ( político), causando prejuízo a sociedade no todo, e causando a revolta e instituindo o caos, promovendo as manifestações indiscutíveis, forçando os cidadãos, jovens e de todas a idades, protestarem pelas ruas, por mudanças radicais e urgentes. No fazer, política Chefes dos três Poderes resolveram apresentar nesta terça-feira suas ideias para chacoalhar o país. E concordaram com a realização de um perigoso plebiscito para a realização de uma reforma política. Mais uma vez, deixam clara a inabilidade, a insensibilidade politica e por que não dizer o não saber fazer, o não saber medir as consequências de suas palavras, proferidas na hora do desespero, do medo e da inconsequência.

O Plebiscito é atribuição do Poder Legislativo, seguindo e rito constitucional, logo processo evidentemente que antes de se tornar dispositivo legal e tomar a publicidade, vai para o referendo do Presidente da República.

Segundo a divulgação da imprensa, A presidente Dilma Rousseff decidiu na noite desta terça-feira que vai enviar ao Congresso uma proposta de plebiscito para que a população decida sobre os pontos centrais da reforma política - inclusive a respeito de temas que exigem mudança constitucional. A ideia de uma Assembleia Constituinte foi , não teve outra alternativa jurídica a que fosse descartada definitivamente. A resistência do Congresso e as críticas dos juristas, que levam ao governo levaram o governo a tomar a decisão.

Fontes palacianas, deram a informação da confirmada pelo Palácio do Planalto na noite desta terça-feira. Ainda nesta semana, a presidente deve receber líderes partidários da base e da a impassível paralisia do governo, oposição para definir os temas a ser colocados em votação.

O debate sobre a reforma política no Congresso, passou a ter pressa: quer que as mudanças sejam aprovadas até o fim de setembro, a tempo de valer para já nas eleições de 2014. "O objetivo é a brevidade, porque qualquer mudança legal se faz sempre até um ano antes da vigência de qualquer eleição. Nós temos que fazer isso com bastante objetividade, e vamos encaminhar o mais rápido possível ao presidente da Câmara e do Senado a proposta do Executivo para a realização do plebiscito", afirmou nesta terça-feira o ministro da Educação, Aloízio Mercadante, que tem atuado como articulador e conselheiro político da presidente.
No fim do dia, depois de se reunir com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa - que acha imprescindível a colocação de temas constitucionais em pauta - e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), Dilma bateu o martelo e optou pelo modelo anunciado por Mercadante.

 “Tratamos a questão da reforma política como foco de todos nós, e a ideia proposta pelo vice Michel Temer, com nosso apoio e concordância da presidência da República, é que façamos um plebiscito em questões pontuais da reforma política. A presidente vai propor os pontos que ela considera, segundo sua ótica, importantes. Nós acrescentaríamos os nossos e se faz um plebiscito em torno da reforma política”, relatou o presidente da Câmara.

De acordo com Alves, o TSE seria responsável por realizar campanhas educativas para esclarecer o eleitorado sobre as principais possibilidades de mudança nas regras eleitorais. “Haveria uma campanha pelo TSE esclarecedora e, após a manifestação popular, nós traríamos a esta casa e elaboraríamos rapidamente um projeto de reforma política. Dilma não só concordou como apoiou”, disse ele.

Mais cedo, Michel Temer voltou a afirmar que a convocação de uma constituinte exclusiva para votar a reforma política seria “inviável”. “Para a solução atual não se faz necessário uma constituinte. O que se faz necessário é consultar o povo. O povo vai dizer qual a reforma política que quer, se voto distrital, se voto em lista, se financiamento público. E depois o Congresso tem que ser obediente à decisão”, opinou o vice-presidente.

Militantes de partidos de esquerda saíram enfileirados no protesto de quinta-feira, no Rio de Janeiro. A "coluna" que formaram foi uma estratégia para tentar proteger os portadores de bandeiras da imensa maioria que bradava ‘sem partido’ - e, em vários momentos, atacavam fisicamente quem era identificado como representante partidário. Os militantes formaram uma linha de 2.000 pessoas, contornada por filiados incumbidos de garantir a ‘autodefesa’ do grupo. Momentos antes da manifestação, o grupo partiu do Largo São Francisco, no Centro, em direção à Candelária, onde foi feita a concentração para o protesto, seguindo o combinado na plenária realizada dois dias antes, na UFRJ. O esforço e o risco foram assumidos para tentar manter as legendas, de alguma forma, dentro do movimento.

Certos partidos políticos tais como o PSOL, que tinha integrantes entre os 2.0000 militantes, tinha aconselhado seus membros a evitar as bandeiras. Dito e feito. Não se via nada flamulando do partido, apenas pessoas com camisetas ou broches que se diluíam em uma massa de vermelho empunhando bandeiras do PSTU. Além das flâmulas, alguns carregavam também pedaços de pau - que negam terem sido usados para qualquer outro objetivo senão o de legítima defesa.

O diagnóstico dos partidos de esquerda foi auxiliado pelas redes sociais na véspera do protesto. Pelo Facebook, ficaram sabendo que um grupo se organizava para reagir com o uso de pedras e bombas a qualquer manifestação partidária. Para os representantes dos partidos está claro que trata-se de um grupo pequeno de agressores, "de extrema-direita", segundo afirmam, insuflados por uma multidão cansada de corrupção. Pelo levantamento que fizeram representantes dos partidos ouvidos pelo site de VEJA, alguns são conhecidos dos militantes de esquerda pela intolerância usual às manifestações do grupo e pertencem a torcidas organizadas de futebol.

“É uma ação de grupos fascistas, de direita, que se aproveita desse sentimento de negação a políticas partidárias para montar uma operação de agressão física”, afirma a deputada estadual pelo PSOL e presidente do diretório do Rio de Janeiro, Janira Rocha. Enquanto a avaliação do PSOL é de que é melhor abaixar as bandeiras e não levá-las aos protestos, o PSTU mantém a postura de carregar seus símbolos – por mais que um grupo de intolerantes parta para o ataque. “Não vamos baixar as bandeiras de forma nenhuma. Já enfrentamos ditadura no Brasil, e fui preso e torturado porque queria organizar um partido. Não serão grupos fascistas que impedirão de levantar a bandeira”, disse José Maria, presidente do PSTU. O partido no Rio, segundo o presidente do diretório estadual, Cyro Garcia, se reúne nesta segunda para definir a atuação das manifestações e se manterá a ação em coluna.

Vale dizer que o povo está cansado , exaurido e desesperado, não suporta mais tamanha maracutaia praticada pelos políticos, todavia, vejamos uma solução, a que não é r pra as ruas e no meio dos bons, infiltrarem-se os arruaceiros, bandidos, vagabundos e partirem para o quebra-quebra, destruírem nossas cidades, nossos patrimónios, isto e “ crime “ e deve ser apurar com rigor pelas autoridades competentes.

E para a solução conclusiva, sugiro que haja um dialogo, entre os governantes; não necessariamente o plebiscito, mas uma outra forma de conscientização responsável. E em segundo lugar, que a massa humana, use a internet, este potencial instrumento, para chamar, conclamar o povo, e não VOTAR em e nenhum dos políticos que ai estão, se é para haver uma reforma politica, que realmente haja, MUDEM TODOS, DÊEM OPORUNIDADES aos novos, POR QUE PIOR DO QU ESTA, NÃO FICARÁ. Se querem mudança, mudem já, comecem descarando esta geração de políticos, corruptos, inescrupulosos e elejam os novos, aquela que nunca foram ocupantes de cargos eletivos. Dêem um chance, se não der certo, vamos procurar outra alternativa. Tenham certeza, em muita gente boa, capaz, e que sabe fazer política, que ainda não chegaram lá, por causa da corrupção, que os impediram.

Tenho dito, com a esperança de que tenhamos dias melhores.